

RELATÓRIO ENCONTRO DE APOSENTADOS

O presente relatório tem como finalidade apresentar uma síntese do Encontro dos Aposentados dos servidores das universidades federais, promovido pela FASUBRA através da Coordenação de Assuntos de Aposentadoria ocorrido no Auditório Dois Candangos no dia 23/05/2005 o dia todo. Teve como pauta: PEC Paralela, Aposentadoria Especial, Reforma Universitária e Reforma Sindical. Iniciou às 9hs e compuseram a mesa Cristina de Assuntos de Aposentadoria da FASUBRA, Léia e Luiz Antonio como direção e como convidado o sr. Edson do MOSAP(Movimento dos Aposentados e Pensionistas). O senador Paulo Paim foi convidado, porém não compareceu como também a ANFIP.

Luiz Antonio abriu a reunião, fez observação da diferença existente entre ativo e aposentado que isso tem de mudar. Lembrou de um seminário em São Paulo, durante a reforma da Previdência o ministro na época respondeu aos repórteres quando questionado da idade ideal para aposentadoria ao que disse ser de 70 anos daí as regras hoje estabelecidas podem mudar por isso há de estarmos atentos. Como primeiro encontro de acordo com o que a FASUBRA pôde fazer prometendo o próximo ser melhor.

Em seguida a Leia reafirmou o compromisso da FASUBRA no desafio de através da organização dos aposentados, garantir a dignidade e a valorização dos trabalhadores aposentados. Que as dificuldades advêm dos sindicatos onde aposentados não tem espaço para estarem atuando como quando na ativa. Colocou a questão de bases onde o aposentado não tem direito a voto para reitor e de participarem da direção de seus sindicatos, não tendo, portanto voz na própria base.

Propôs a FASUBRA fazer o diagnóstico a nível nacional dos aposentados nas bases, objeto de discussão e o que fazer para que se tenha um tratamento igual a todo aposentado de todas as universidades.

Falou da participação na FASUBRA do aposentado na coordenação de aposentadoria em parceria com um da ativa e que as bases deveriam fazer da mesma forma. Reafirmou o compromisso da FASUBRA de discutir a questão de assuntos de aposentadoria de forma conjunta ativo e aposentado, não só o aposentado pois isso fragmenta o movimento e daí a discriminação. O aposentado é importante na sociedade, tem um clamor social muito grande e forte e é importante que se mobilize.

Pediu que as bases encaminhem representantes aposentados para as plenárias e para os seminários que a FASUBRA faz não só no que diz respeito a aposentadoria pois é discriminação, que o aposentado participe de todos os eventos, discussões.

Que esse encontro construa uma política para garantir a organização do aposentado e sua participação no cotidiano da política construída na federação não só no que diz respeito ao aposentado, mas no todo, pois juntos construiremos melhor para garantir todos nossos direitos.

Passada a palavra ao sr. Edson do MOSAP que falou da atuação do movimento, disse o mesmo ser aspiração e sua construção ser de entidades de servidor ativo, aposentado e pensionista. Pediu a união de todo segmento de aposentado, pois o mesmo hoje em vez de estar aproveitando a vida mais light, tem de estar na luta de corpo e alma para tentar pelo menos segurar algum direito garantido.

O MOSAP surgiu antes da constituinte em São Paulo, através da atuação dos auditores fiscais da Receita Federal devido diminuição de salário após aposentarem, isto é, quebra de paridade daí decidirem se unir e lutar, depois de expandiram a nível nacional.

Durante sua fala colocou: quando da quebra do direito garantido na revisão constitucional e no governo Collor; a necessidade do aposentado estar irmandado com o ativo devido todas essas reformas hoje acontecendo; a necessidade dos sindicatos ter ações de recursos para que o aposentado possa participar, se organizar e conviver com todas as atividades junto com o ativo; que, jamais o aposentado ser inativo depois de tanto laborar, adquirir experiência.

Lembrou que no Governo FHC através da Lei 9.783 que instituiu a cobrança para o aposentado, que chegou a ser de até 23%, então veio a ADIN 2.010 e o STF julgou inconstitucional. O MOSAP lutou e não conseguindo impedir que fosse aprovada no Congresso Nacional então entrou junto com a OAB através das entidades separadas com 1.030 liminares o que se tornou uma consciência jurídica que derrubou a lei, até o Nelson Jobim votou a favor. Durante todo o Governo FHC, a paridade a todo momento estava sendo quebrada e o MOSAP lutando para mantê-la.

Lembrou também uma discussão em São Paulo, base de candidatura do Lula, onde estavam presentes MOSAP, COBAP, ANFIP, Senador Paulo Paim, Lula, Paloci e Gushiquen, onde Lula garantiu respeitar os direitos adquiridos e a construção de que nada viesse atingir os aposentados e pensionistas no futuro e que a situação dos servidores já aposentados seria respeitada, isso tudo em dignidade do trabalhador aposentado e em dignidade do servidor público. O encontro fora agendado pelo próprio Lula no auditório Nereu Ramos onde prometeu trabalhar para resguardar o que existe de direito adquirido e o que existe de direito do aposentado, e que iria valorizar muito o servidor público.

Após a eleição houve outra reunião com os mesmos segmentos e, foi reafirmado todas as garantias, para logo em seguida na Comissão de Constituição e Justiça a

obrigatoriedade por parte dos governadores em não contrariar o governo foi o início do que viria a partir dali. A Reforma da Previdência veio como uma bomba para o aposentado e foi criada a PEC Paralela para resguardar algumas coisas e hoje é um drama. O aposentado e pensionista teve perdas na PEC 040 na Câmara e na PEC 067 no Senado com o voto a favor também do senador Paulo Paim, ele que é defensor do servidor público aposentado e autor da PEC Paralela, cuja vem resguardar alguns direitos dos ativos e para o aposentado só diz respeito a isenção a partir do dobro do teto geral, e para doenças graves. Está no Senado com dificuldades para ser aprovada. Já na EC 41 mais uma vez é quebrada a paridade para o pensionista do INSS com redução de 30% do salário.

O aposentado por invalidez tem isenção de Imposto de Renda portanto, vamos lutar para conseguir isenção da mesma forma na Previdência Social.

A Reforma Sindical do governo propõe na PEC 369 através de um dispositivo que diz que: o aposentado e pensionista participe da “sua organização” não fala da “direção do sindicato”.

O ante-projeto do governo no art. 24 diz: .. são condições do direito a voto para se filiar tem de estar empregado no âmbito de representação, tanto no serviço público quanto no privado, isto é não pode votar sem ser votado, entende se texto dúbio. Já no art. 36 só no setor privado - . o efetivo exercício no âmbito.. quer dizer só o trabalhador que aposenta e continua trabalhando tem direito, pode ser dirigente sindical.

O governo sabedor da dificuldade de trazer o aposentado para a luta, com isso quer o mesmo que em casa, vista seu pijama para não incomodar mais. O aposentado contribui com a previdência, para o sindicato ou sua organização, tem tempo para fazer campanha para político, vota neles, porém não pode se defender, é uma forma de cenciamento?? da liberdade e vai entrar no Congresso.

Toda essas situações alerta para o aposentado, o pensionista, e o ativo se unir cada vez mais nas suas entidades. Não se pode perder a perspectiva da necessidade da nossa luta permanente, diária, cotidiana para nos defendermos. Bom seria se aposentado, pensionista e ativo pudessem com a mesma energia, tempo, experiência, vontade, pudessem trabalhar para amenizar a melhor idade para aposentar, como aproveitar melhor a aposentadoria, o que fazer mais para mostrar para a sociedade o que o aposentado tem de melhor, mudar a visão que o governo tem e mostrar para a sociedade sobre servidor público, são questões que angustiam. Que os presentes aqui façam com os não presentes dizendo: nós lá somos pouco embora tenhamos muita vontade, venha se juntar a nós.

Anunciou que dia 04/06 o MOSAP e a OAB irão a Washington entregar a denúncia contra o Estado Brasileiro que instituiu a cobrança dos aposentados e pensionistas

ferindo direitos humanos, isso inclui o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. O MOSAP está coordenando essa ação de denúncia e convida a FASUBRA para participar.

Finalizou que nem tudo está perdido, desde que nós aposentados tenhamos coragem, força e alegria e nos integramos no movimento. Unidos teremos força para conseguir vitórias.

Foi anunciada a nova versão da Reforma Universitária para aprovação, tema que devido ao tempo foi adiado para o seminário.

Houve algumas falas, colocações de alguns presentes sobre o tema em debate ao que o sr. Edson respondeu:

- sobre Paridade, Isonomia – governos sucessivos tentam minar tudo isso e a luta do aposentado é não abrir mão de lutar pelo seu direito, sua dignidade. Isonomia não se faz de baixo para cima, sempre para cima. Isonomia hoje é utopia.

- sobre a decisão do TCU de tirar as gratificações incorporadas para quem aposentou entre 1992 e 2001, que atinge muita gente, uma lei concede os quintos, depois os décimos, vem outra lei e tira. Essa decisão fere direitos legais adquiridos, justo ou não justo desconta Imposto de Renda, Previdência Social sobre tudo, como fazer esse ajuste de contas? Agora pensar em como lutar mesmo não cabendo mais recurso no TCU.

- sobre preconceito racial - MOSAP participou no dia 13/05 de uma audiência pública sobre Comissão de Discriminação Racial e Preconceito e aproveitou para falar do preconceito do governo em relação a todo servidor público quando coloca o índice de 0,1% de reajuste salarial só para cumprir a constituição. O governo tem de se preocupar com a qualidade do serviço público, pois seus agentes estão prejudicados. Dar valor ao servidor público.

- PEC Paralela - na EC 41 quem aposentar agora vai perder daí também a necessidade de aprovação da PEC Paralela que determina entre outras questões a paridade para os servidores públicos que aposentarem, as regras de transição melhora um pouco, etc.

Na parte da tarde Cristina falou da aposentadoria especial, dos benefícios tipo vale alimentação, creche também para os aposentados, passou a palavra aos presentes.

Proposta de . de Santa Maria:

- que se junte todos os cursos, inclusive os sem carga horária aproveitando agora campanha salarial, reitoral conversar com reitores;
- enquadrar todo aposentado na última classe, ao tempo de serviço público federal como no PUCRE sem aplicar a proporcionalidade;

- lutar pela aprovação da política de orçamento que garanta corrigir o step para 5% com o piso de três salários mínimos nacional e com isso corrigiria o VBC do NS;
- enquadrar o aposentado por invalidez na última classe, no último nível de classificação e padrão de vencimento.

O Osmar do sindicato da UNICAMP:

- falou da reunião composta de aposentados das estaduais, que tem autonomia, lá eles tem paridade porém enfrentam problemas, propõe que se discuta interpretar melhor o que é paridade se paridade plena ou parcial, a questão das gratificações. Na UNICAMP foi instituído o vale alimentação no que os aposentados ficaram de fora na época como se fosse um auxílio só para comer dos ativos. Também foi criado um Incentivo à Produtividade, o sindicato brigou, até invadiu a reitoria e reverteu para um abono com o qual os aposentados tem direito.

As estaduais tem Conselho que decide, lá a discussão da Reforma Universitária está avançada. Eles estão pedindo 13%, os reitores tem dado 4% e tem reajuste todo ano.

Osmar propõe tudo isso para ser objeto para maiores discussões:

- discutir a MP 242 de autoria de Romero Jucá que muda as regras para concessão de benefícios aos trabalhadores como: Auxílio Doença, Auxílio Acidente, Salário-maternidade e Aposentadoria por invalidez, não foi votado ainda, está no Congresso Nacional.
- a MP 248 que trata do reajuste do salário mínimo de R\$ 240,00 para R\$ 300,00 um reajuste de 15% porém os que aposentarem só terão 6% de reajuste. Vai entregar um documento contrário a isso aos senadores para que não seja aprovada a medida, pois isso é quebra de paridade.
- a pessoa aposenta com 60 anos com um salário X e a medida que o tempo vai passando essa aposentadoria vai reduzindo.
- é decisão do FMI e do Banco Mundial que o máximo de aposentadorias seja de três salários mínimo.

Osmar propõe ainda que se discuta nos GT's e seminário dos aposentados:

- a permanência dos aposentados nas folhas das IFE's, (cumprir art. 212 da Constituição Federal) na Reforma Universitária art. 41(financiamento das IFE's);
- discutir o problema de onde sairá o dinheiro;
- não pode ficar ao sabor dos governantes de plantão, há de se garantir uma forma permanente de discussão e que isso se transforme em lei.